

AS TRAGÉDIAS COMO EVENTO HERMENÊUTICO: AS ENCHENTES DO RIO VERMELHO NA CIDADE DE GOIÁS

THE TRAGEDY AS EVENT HERMENEUTIC: RIO VERMELHO FLOODS IN THE CIDADE DE GOIÁS

Eliézer Cardoso de OLIVEIRA*

Resumo: O objetivo deste artigo é o de analisar três enchentes do Rio Vermelho na Cidade de Goiás, relacionando-as com o contexto histórico da cidade: declínio da exploração aurífera (1782); expressiva ruralização (1839); e recebimento do título de patrimônio histórico mundial da UNESCO (2001). Essas três enchentes, além da sua dimensão física, podem ser analisadas como eventos hermenêuticos, pois permitem explorar a dimensão simbólica das representações feitas pelos habitantes em cada um desses momentos.

Palavras-chaves: enchentes; cidade de Goiás; evento hermenêutico.

Abstract: The objective of this paper is to analyze three of the Rio Vermelho floods in the Cidade de Goiás, relating them to the historical context of the city: decline in gold mining (1782); expressive ruralization (1839), and received the title of World Heritage of UNESCO (2001). These three floods in addition to their physical size can be analyzed as a hermeneutical event, making it possible to exploit the symbolic dimension of the representations made by the inhabitants in each of these moments.

Keywords: floods; cidade de Goiás; hermeneutic event.

Introdução: as enchentes como evento hermenêutico

Desde o surgimento dos primeiros impérios do Egito, Mesopotâmia, Índia e China, os seres humanos tiveram que enfrentar as grandes enchentes no aproveitamento dos recursos naturais fornecidos pelos rios. A construção de barragens e diques foi o primeiro e grande esforço coletivo que permitiu o florescimento da civilização. No entanto, nem sempre os rios aceitaram passivamente a instrumentalização a que foram submetidos pelos habitantes de suas margens. Muitas vezes, irromperam-se furiosamente para além da delimitação costumeira de seu curso, alagando cidades, campos agrícolas e florestas.

Em várias partes do mundo, as inundações são fontes de morte, dor e prejuízo econômico. Destaca-se a enchente do rio Amarelo, em 1931, responsável pela morte de mais de um milhão de chineses, o que faz dela a mais letal catástrofe natural registrada na história. No Brasil, país de tantos rios, as enchentes provocam grandes estragos, principalmente em áreas urbanas.

* Doutor em Sociologia – Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade de Brasília – UNB. Professor vinculado ao Departamento de História e ao Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) – UEG - Universidade Estadual de Goiás, Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas. Anápolis, GO - Brasil. E-mail: ezi@uol.com.br.

Entretanto, o tema deste artigo não é uma dessas poderosas enchentes que arrasaram cidades importantes. Pelo contrário, os danos provocados pelas enchentes do Rio Vermelho, na Cidade de Goiás foram mais simbólicos do que materiais ou humanos. Nesse sentido, o fator decisivo para a dimensão trágica dessas enchentes não foi a sua dimensão econômica, mórbida ou financeira. O fundamental foi que essas enchentes permitiram uma análise privilegiada da história de um núcleo urbano estratégico para Goiás. As tragédias possuem uma capacidade heurística que, quase sempre, é subestimada pelos cientistas sociais e historiadores. Elas mostram o errado, o caótico, o inesperado e o indesejado, mostram aquilo que as pessoas não têm consciência ou pretendem esconder.

A legitimação teórica para a análise dessas enchentes foi buscada na hermenêutica de Gadamer (1998). Isso significa considerá-las como um evento hermenêutico. A compreensão hermenêutica pressupõe um jogo entre o singular e o geral: o estudo do geral aumenta a possibilidade de compreensão do singular e vice-versa. É o famoso círculo hermenêutico; o ponto de partida para a compreensão. Adaptando isso aos interesses desse artigo, pode-se dizer que a compreensão das enchentes requer a análise do contexto histórico da Cidade de Goiás e, ao mesmo tempo, a análise dessas enchentes possibilita compreender melhor aquele mesmo contexto.

A compreensão para Gadamer de modo algum seria a busca de um sentido original de um texto ou de um evento. Seria ingenuidade pensar, como os historicistas do século XIX, ser possível deslocar-se ao espírito da época, pensar segundo os conceitos e as representações dos homens e das mulheres do passado. A compreensão não significa meramente reproduzir o conhecimento do outro, mas ela deve ser produtiva: fazer a síntese entre o *outro* que viveu e o *eu* que pesquisa. Nesse caso, quanto mais diferente a tradição que se procura compreender, maior a sua possibilidade de causar estranheza, portanto, maior o estímulo para estudá-la e compreendê-la. Significa, de acordo com Robert Danton, atribuir o choque cultural de um evento estranho um interesse metodológico:

[...] quando se percebe que não se está entendendo alguma coisa – uma piada, um provérbio, uma cerimônia – particularmente significativa para os nativos, existe a possibilidade de se descobrir onde captar um sistema estranho de significação, a fim de decifrá-lo (1986, p. 106).

Assim, nada é sem sentido no passado, nem um massacre de gatos, nem uma tragédia, como as enchentes. O fato de essas enchentes terem ocorrido no passado não dificulta a sua abordagem. Pelo contrário, um dos pressupostos hermenêuticos é que a

distância temporal facilita a compreensão. Através dela é possível encontrar conexões de sentido que não foram percebidas pelos contemporâneos: “o sentido do texto não é aquele que o autor apresenta a seu público original, mas o sentido está sempre determinado pela situação histórica do intérprete. Um sentido do texto sempre supera o seu autor” (GADAMER, 1988, p. 444). Mas em contrapartida, a compreensão do passado significa uma melhor compreensão de si, pois o intérprete não é um ser a-histórico; pelo contrário ele é um “efeito” da história. O intérprete, assim como o evento que se procura compreender, estão na história e, portanto, isso abre possibilidades inovadoras para a possibilidade de compreender o outro.

O equilíbrio entre a força que a tradição exerce no presente e a transposição dos preconceitos do presente para se compreender a tradição é o que Gadamer denomina de “fusão de horizonte”: o deslocar-se para o passado, mas preservando-se o horizonte do presente. Isso significa a renúncia a compreender a “essência” do passado e ao mesmo tempo evitar subsumir o passado no presente.

Essas colocações de Gadamer são bastante pertinentes para a análise de acontecimentos trágicos, como as enchentes. Em síntese, considerá-las com evento hermenêutico pressupõe a necessidade de situá-las no contexto histórico, de concebê-las como evento singular, de reconhecer os seus efeitos na história, de procurar um equilíbrio entre a leitura dos contemporâneos e a análise do intérprete. Pressupõe considerar que as tragédias precisam ser interpretadas a partir dos valores e representações dos sujeitos, pois vão ser eles que garantirão o sentido trágico dos eventos.

Enfim, utilizando esses pressupostos metodológicos de Gadamer, pretende-se explorar a dimensão simbólica das três enchentes mais marcantes do Rio Vermelho: a de 1782, a de 1839 e a de 2001.

A enchente de 1782

Os rios tinham uma importância estratégica para os bandeirantes e desbravadores que colonizaram Goiás no século XVIII. Serviam como via de acesso para as entradas e bandeiras que adentravam o interior do Brasil em busca de ouro e indígenas para escravizar. Os rios e córregos eram essenciais para a lavagem do cascalho na mineração. A ausência de cursos d’água dificultava o trabalho nas minas, pois era preciso trazer a água de longe, muitas vezes construindo quilômetros de aquedutos de tronco de árvores. Em razão disso, os primeiros arraiais mineradores situavam-se nas margens dos cursos de

água. Muitos desses córregos e rios foram chamados de “vermelhos”, devido o lamaçal advindo da garimpagem. Foi assim com o do arraial de Santana.

Fundado em 1726, pelo bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o famoso Anhanguera, o arraial de Santana foi o reduto preferido dos bandeirantes paulistas magoados com as escaramuças da Guerra dos Emboabas. O local, riquíssimo em ouro, atraiu grande número de imigrantes. Em 1739, foi transformado em Vila – a Vila Boa de Goiás. A toponímia foi resultado do aportuguesamento do sobrenome “Bueno”, desprezando assim o apelido “Anhanguera”, talvez por ser indígena e referir-se ao Danado. Em 1748, Vila Boa foi transformada na capital da recém-criada Capitania de Goiás, que se separara da Capitania de São Paulo.

Situada em meio à majestosa Serra Dourada, Vila Boa foi gradativamente consolidando a sua estrutura urbana. Residências de particulares, prédios públicos e igrejas, acomodaram-se nas curvas do rio Vermelho, que dividia ao meio o pequeno lugarejo. Era de fundamental importância dar uma aparência “portuguesa” a uma vila fundada numa região tão isolada, praticamente no centro do continente sul americano. Nesse sentido, os edifícios e os equipamentos urbanos (pontes, ruas, praças, chafarizes, etc.) construídos pelos portugueses serviam à função de mostrar a supremacia da civilização européia cristã sobre a indígena e africana. Compreende-se, portanto, a importância estratégica de Vila Boa para política colonizadora portuguesa, já que ela fugia da política de “caranguejo”, dominante no século XVI, de privilegiar o litoral em detrimento do sertão.

Mas essa urbanização de uma pequena vila situada a milhares de quilômetro de Lisboa era um processo caro e difícil. As dificuldades advinham da ausência de meios de transportes e de mão de obra especializada. Por isso, as construções arquitetônicas dos núcleos urbanos goianos do século XVIII, apesar de singelas se comparadas as suas congêneres mineiras, foram construídas a peso de ouro. O historiador Paulo Bertran destaca que uma “Uma casa para a fundição comprada pelo Conde dos Arcos em 1751 – casa usada, mas sólida e ampla – custaria a bagatela de 6.333 oitavas, 23 Kg ouro. A obra necessária, se empreendida, ficaria em 50 quilos” (BERTRAN, 1978, p 36).

A Casa de Fundição nem era tão imponente assim. Se fossem levantados os custos das igrejas, dos edifícios públicos e particulares construídos em Vila Boa no século XVIII, talvez se chegue à conclusão de que a voracidade da exploração do ouro brasileiro pela Coroa Portuguesa não foi tão grande como é apregoada. É inegável que muito ouro extraído em Goiás atravessou o Atlântico, mas é importante considerar que muito ouro

permaneceu na capitania em forma de investimentos oficiais feitos nas vilas e arraiais goianos.

É que Vila Boa possuía uma importância geopolítica fundamental para a Coroa Portuguesa. Ela era o principal ponto estratégico para a manutenção das terras que ficavam além da linha de Tordesilhas que foram cedidas pela Espanha. É paradoxal imaginar que, se não fosse a pequenina Vila Boa de Goiás, a extensão territorial do Brasil talvez fosse bem menor do que atual.

De qualquer forma, Vila Boa já possuía os principais equipamentos urbanos de uma vila portuguesa na década de 1770: igrejas suficientes para o culto e para o sepultamento das pessoas importantes, a Casa de Fundição para a cobrança do quinto do ouro, Quartel Militar para a defesa da colônia, Casa de Câmara e Cadeia para a manutenção da ordem, o pelourinho, ruas calçadas de pedras e as pontes sobre o rio Vermelho.

A década de 1770 foi marcante para a história de Vila Boa. Ela marca o início da diminuição da produção aurífera e, conseqüentemente, a retirada dos mineradores – com seus escravos – para outras regiões. Além disso, entre 1773 e a 1776 ocorreu uma forte estiagem, afetando a produção agrícola, pecuária e mineral. O momento era decisivo: se não fosse estancada a sangria de gente “civilizada”, a vila poderia se transformar numa tapera. O governador José de Almeida Vasconcelos percebeu esse perigo: “a desesperação tem incitado a muitos, que nestes últimos anos se tem retirado fugitivos, entregando a sua sorte à corrente do mesmo rio” (VASCONCELOS, 7 ago. 1773). Para evitar que a Capitania, como as pessoas, ficasse à deriva, Vasconcelos empreendeu uma ousada política administrativa, dirigida para três objetivos principais: navegabilidade dos rios Araguaia e Tocantins (anteriormente proibida pela Coroa para evitar o contrabando), embelezamento de Vila Boa e o armistício com os indígenas Caiapó que resistiam tenazmente à intromissão colonizadora. Não conseguiu nada de concreto em relação ao primeiro, foi relativamente bem sucedido no segundo e feliz no terceiro. Construiu um belo Chafariz com detalhes barrocos (importantíssimo para suprir o lugar de água potável), pontes e calçou com pedra as principais ruas da vila.

Só que a natureza não se importava com os problemas dos colonos. Depois de muitas chuvas, no dia 9 de janeiro de 1782, o rio Vermelho transbordou, levando as três pontes custosamente construídas pelo governador Vasconcelos, deixando as duas partes da vila isolada. Não se tem mais informações sobre outros danos causados por esta enchente, mas parece que ela teve uma forte repercussão na época, caso assim não o fosse,

o cronista anônimo da *Descrição da Capitania de Goiás e tudo que nela é notável até o ano de 1783* não teria se referido a ela logo no primeiro parágrafo de seu escrito:

Vila Boa é Capital desta Capitania. Está situada em uma baixada do Rio Vermelho, cuja corrente a divide quase em duas partes iguais, e se comunicam seus moradores por três pontes de madeira, destruídas inteiramente pela força de uma grande cheia no dia 9 de janeiro de 1782, e hoje edificadas pelo melhor método do Exmo. Sr. Luiz da Cunha Menezes, Governador e Capitão General da Capitania de Goiás (DESCRIÇÃO, 1783, p 73).

Não há nenhuma referência, nas fontes consultadas, sobre o modo como os contemporâneos explicaram a enchente. Provavelmente foi considerada simplesmente como castigo de Deus aos feitiços praticados por negros e mestiços. A natureza tem os seus ciclos, que podem ser apreendidos depois de séculos de interação de uma cultura com o meio ambiente. Mas durante o século XVIII, os colonos portugueses ou paulistas conheciam pouco a natureza goiana. O cronista anônimo chega ao cúmulo de afirmar que na bonita Serra Dourada que envolvia Vila Boa, “só chove só uma ou duas vezes em fevereiro ou março”, (DESCRIÇÃO, 1783, p. 118) sendo que nunca choveria em cima da serra. Após 50 anos da chegada dos bandeirantes, a Serra Dourada ainda era vista de forma misteriosa, demonstrando um desconhecimento em relação às peculiaridades da terra.

Portanto, não havia uma memória coletiva que pudesse fornecer informações confiáveis sobre o ciclo da natureza em Goiás. No século XIX, os sertanejos saberiam dizer, olhando para os pequenos insetos, se o ano seria bom ou ruim de chuva; mas no XVIII, o que tudo indica, não se sabia nem a vazão máxima que o rio Vermelho poderia atingir. Provavelmente, as marcas das enchentes antigas deixadas nas pedras e na vegetação foram apagadas na busca frenética pelo ouro. Paulo Bertran (1991, p. 44) afirma que em 1783, o rio Vermelho estava soterrado em alguns pontos em até três metros de lama (BERTRAN, 1991, p. 40-48). Isso, aliado ao uso do mercúrio e a prática das queimadas, justificaria a afirmativa da existência de um desastre ambiental em Goiás, ainda no século XVIII. Se Bertran estiver certo, a enchente de janeiro de 1782 seria decorrência de causas naturais, no caso um aumento fora do comum da pluviosidade e causas humanas, decorrente do assoreamento do Rio Vermelho por causa da extração do ouro.

A enchente de 1839

No século XIX, a Cidade de Goiás – o título de cidade e o novo nome foram conseguidos em 1819 – sobreviveu ao declínio da mineração, tornando-se um centro administrativo, comercial e religioso. Durante o processo de emancipação política iniciado em 1822, a elite nativa, já se sentia forte o suficiente para assumir o governo no lugar do governador português Manoel Inácio de Sampaio. Inclusive, membros dessa elite tornaram-se presidentes da província durante o período regencial: Padre Luiz Bartolomeu Marques (1831), José Rodrigues Jardim (1831 a 1837) e Luiz Gonzaga de Camargo Fleury (1837 a 1839). Depois, o centralismo administrativo do Império evitou, na medida do possível, que os goianos assumissem e gerissem os destinos da província.

Na segunda década do século XIX, a história da cidade de Goiás é bastante conhecida, graças à descrição dos viajantes estrangeiros e dos cronistas locais, nos quais ela, geralmente, não deixou uma boa impressão. O austríaco Johann Emanuel Pohl relatou que “a primeira visão da cidade oferece um belo quadro, o interior não corresponde a essa impressão, tendo aspecto pouco atraente [...] As ruas são mal calçadas, mas muito bem alinhadas” (POHL, 1976, p. 40). Já o francês Saint-Hilaire foi mais duro: “Não se tem muita salubridade, e não tardaria a ser abandonada se nela não ficasse localizada a residência do todo o corpo administrativo da província” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 50). Apesar dessas opiniões pouco lisonjeiras, dizer que a cidade estava em decadência pode ser considerado um exagero; é notório que ela representava o principal centro urbano da província, seguida de perto por Meia Ponte (atual Pirenópolis). Em 1826, a cidade torna-se sede do recém criado Bispado de Goiás; neste mesmo ano é fundado o Hospital de Caridade São Pedro Alcântara. Uma comparação entre a descrição feita por Silva e Souza na sua *A Memória Estatística da Província de Goyaz*, de 1832, e a feita na *Notícia Geral da Capitania de Goiás*, em 1783, nota-se até um sensível aumento nos estabelecimentos comerciais: 22 lojas de fazendas secas em 1783 contra 24 em 1832; 63 tabernas em 1783 contra 100 em 1832 (SILVA E SOUZA, 1998, p. 194).

A sensação de decadência era porque, no século XVIII, Vila Boa fora uma das grandes fontes de receita do Império Português; já no século XIX, a cidade de Goiás geraria apenas despesas para o Império Brasileiro. Isso, em parte, explica o sentimento da decadência por parte dos membros da elite nativa.

As clivagens sociológicas na cidade entre mulatos e brancos que marcaram o século XVIII estavam a caminho de serem amenizadas, principalmente devido ao desequilíbrio demográfico em favor dos últimos. Além disso, notava-se um desequilíbrio sexual (principalmente entre os escravos), o que talvez ajude a explicar a afirmação de

Saint-Hilaire (1975, p. 52, nota 15) de que, proporcionalmente, o número de cabarés na cidade de Goiás era 10 vezes maior do que em Orléans.

Outra clivagem existente em Goiás, principalmente nas décadas de 1820 e 1830, era entre portugueses e brasileiros. Não interessava a D. Pedro I, por motivos compreensíveis, estimular conflitos entre brasileiros e portugueses. No entanto, um forte sentimento antilusitano se formou em várias províncias do Império, inclusive em Goiás. O ápice desse sentimento foi o Sete de Abril de 1831. Na cidade de Goiás, surgiu o partido inimigo dos “brasileiros adotivos”, liderado pelo brigadeiro Felipe Antônio Cardoso, responsável pela deposição do presidente da Província, o português Lino Morais em 1831. No Norte da Província, no arraial de Flores, o antilusitanismo foi mais trágico. Surgiu um boato, parecido com o Grande Medo analisado por Lefebvre durante a Revolução Francesa, de que o Governo Regencial mandava matar todos os “marotos”, termo que designava pejorativamente os portugueses na época. Desse modo, um grupo armado matou o ouvidor, Jerônimo José da Silva Castro e mais quatro outros portugueses (BRASIL, 1980, p. 73).

O ódio aos portugueses estava intrinsecamente ligado à cobiça por parte da elite nativa pelos cargos públicos, praticamente monopolizado pelos lusitanos. No entanto, em Goiás ele teve conotações mais seculares. Está relacionado aos conflitos do início da mineração: uma vingança dos netos dos bandeirantes aos netos dos emboabas. A prova disso, é que em Meia Ponte, onde os portugueses possuíam maior influência, esse ódio não se manifestou. Pelo contrário, foi criada lá uma Associação em Defesa dos Brasileiros Adotivos.

Indiferente a isso tudo, a estação das chuvas do ano de 1838 iniciou com bastante intensidade. Na Vila de Flores, em dezembro, uma enchente – “destruindo-se quase todos os Edifícios da Vila” e “ficando a Matriz circulada de água de maneira que só embarcado se podia ir ao templo” (FLEURY, 1º jul. 1838) – fez com que os moradores resolvessem transpor suas residências para mais longe das águas do rio Paranã. Na Cidade de Goiás, praticamente chovia sem parar desde 14 de fevereiro de 1839, até que no dia 18, às 11 horas da noite, “começou uma chuva grossa, sem cessar até às nove horas do dia 19” (FLEURY, 7 mar. 1839) Às cinco horas da manhã, o rio Vermelho e o córrego Manuel Gomes avançaram sobre suas margens, destruindo as pontes que faziam a ligação entre os dois lados da cidade, devastando estabelecimentos comerciais e industriais, residências, chácaras e o Hospital de Caridade, derrubando seus muros e algumas de suas paredes. Contudo, o que repercutiu mais tragicamente para os moradores foi a destruição da Igreja da Lapa:

A Capela de Nossa Senhora da Lapa, solidamente edificada [...], sendo a torre e suas paredes de pedra e cal, não pode conservar-se e, aluídos os seus alicerces por estar junto ao cais do rio, caiu toda, cavando o rio o próprio terreno em que ela tinha existido (FLEURY, 7 mar. 1839).

Houve apenas uma vítima fatal – um soldado que estava ajudado no resgate e tentou enfrentar o rio a nado –, mas os prejuízos materiais da enchente foram altos. O presidente Fleury estimou que fossem necessários 32 contos de réis para as obras públicas (pontes, hospital, chafariz, calçamento das ruas), sete contos para a igreja da Lapa, 21 para as residências particulares e 24 para os estabelecimentos comerciais e industriais, totalizando 84 contos de réis. Essa quantia era mais que o dobro dos 40 contos previstos como receita para o ano de 1839 (MASCARENHAS, 1º out. 1839). O presidente pediu insistentemente ajuda ao Governo Imperial, mas parece que não conseguiu muita coisa. A igreja da Lapa nunca foi reconstruída. A reforma do Hospital foi viabilizada pelo dinheiro advindo de uma loteria; as três pontes e o Chafariz só foram recuperados em 1845. Foram gastos quase seis anos para que as obras públicas da cidade de Goiás se recuperassem dos estragos de 1839.

A população da Cidade de Goiás, dividida e isolada em duas partes, passou por intenso desconforto naquele fevereiro de 1839. Isso dificultava a ação do poder público na ajuda às vítimas da enchente – um soldado atravessava o rio Vermelho a nado, levando ofícios do presidente da província. No dia 22 de fevereiro, Fleury se condoia da situação dos habitantes da cidade: “parte de cujos habitantes espavoridos, parecem quase sem tino; e consterna o mais duro coração vê-los sem casas, sem onde refugiar-se e a chuva continuando, sendo hoje o 8º dia do inverno” (FLEURY, 21 fev. 1839). Agravando mais ainda a situação, houve dificuldades de abastecimento, o que levou os comerciantes a aumentarem o preço dos produtos. Apenas em março, foi providenciada, graças a um esteio emprestado da Igreja do Carmo, uma pinguela sobre o rio Vermelho, o que melhorou um pouco as comunicações entre os dois lados da cidade (FLEURY, 21 fev. 1839).

A causa da enchente de 1839 deve ter sido a chuva intermitente que rompeu os reservatórios naturais, aumentando bruscamente o volume de água do rio Vermelho e do córrego Manoel Gomes. No entanto, grande parte da população explicou-a por causas mais profundas: castigo de Deus ao Governo e aos comerciantes usurários. O presidente Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, que era também padre, foi acusado de não cumprir o

celibato com o devido zelo¹. Diante do frenesi causado pelos boatos, foi preciso que o Bispo, numa missa de 20 de fevereiro, acalmasse a população.

De acordo com o memorialista Oto Marques, a tradição popular da Cidade de Goiás credita a culpa da Enchente de 1839 à ganância desenfreada dos comerciantes da cidade, verdadeiras “aves de rapina”. Inclusive é crença do lugar que o bispo Dom Francisco Ferreira Azevedo, conhecido popularmente por Bispo Cego em virtude da sua deficiência visual, havia previsto a catástrofe. Isso explicaria a destruição de importantes casas comerciais da cidade e da Igreja Nossa Senhora da Lapa. É que a igreja, erigida em 1794, era propriedade da Irmandade dos Mercadores da Província de Goiás, sendo, portanto, riquíssima, com “altares faustosamente cobertos de folhelhos de ouro, também cravejado de pedras preciosas, tinha imagens caríssimas” (MARCQUES, 1977, p. 83).

É possível inferir explicações sociológicas dessa imputação popular de culpa aos comerciantes. O que mais afetou a vida diária da população goiana com o fim da mineração foi a desmonetarização da economia. Desde a época da mineração, a raridade de moeda foi suprida através da circulação de ouro em pó que, mesmo não quintado, era de uso permitido na Província. Mesmo que tivesse ocorrido uma forte inflação de preços nos tempos iniciais da mineração, era relativamente fácil adquirir as mercadorias com o abundante ouro em pó. Pode-se dizer que muitos goianos tinham a sua “casa da moeda” no quintal. Com o esgotamento das minas e a ruralização da economia, tudo isso mudou. O ouro em pó – ainda que lhe adicionassem limalha de cobre, como perceberam os viajantes estrangeiros – foi ficando cada vez mais raro, pois o *déficit* da balança comercial da Província era cada vez maior. A auto-suficiência da população rural minimizava a falta de moedas, mas a urbana tinha poucas opções. Disso também deriva o ódio aos comerciantes. A enchente foi a ocasião ideal para culpá-los abertamente pela crise. É possível que o Bispo Cego, ainda afinado com o catolicismo medieval, tenha feito críticas constantes aos comerciantes “açambarcadores”, contribuindo para instrumentalizar o discurso popular contra a burguesia urbana. Esse tipo de prédica foi reforçado imediatamente depois da enchente, talvez como uma forma de livrar o seu colega eclesiástico e presidente da Província da acusação de culpado pela enchente. Nesse sentido, o presidente Fleury mostrou-se afinado como Bispo: “muito me enche de satisfação a eloqüente, patética, enérgica oração que V. Ex. ontem à noite fez por ocasião da prece na Catedral, eu espero que V. Ex. seja ouvido, e que o espírito de rapina que ia se desenvolvendo fique aniquilado” (FLEURY, 21 fev. 1839).

De qualquer forma, a idéia da enchente como castigo divino permaneceu na tradição popular. Até um homem como José de Assis Mascarenhas, “possuidor de

elevados dotes de espírito” (FERREIRA, 1980, p. 21) corroborou essa crença: “o dia 19 de fevereiro, de lutuosa memória, parecia destinado pelo Eterno para punir nossos delitos” (MASCARENHAS, 1º out. 1839).

Enfim, a enchente de 1839 é elucidativa para se compreender a história da Cidade de Goiás na primeira metade do século XIX. Por meio dela é possível apreender as clivagens sociológicas e as representações dos habitantes do lugar, no momento em que se intensificava a ruralização da província de Goiás.

A enchente de 2001

A cidade de Goiás na segunda metade do século XIX sofreu inúmeros insultos. Os mais ácidos foram os do General Couto de Magalhães, que foi presidente da Província de Goiás entre 1863 e 1864:

Longe de prosperar, a cidade de Goiás tem decaído: quem passeia por seus arrabaldes sente-se constantemente entristecido pelo aspecto das ruínas que observa. Quanto à salubridade, não conheço, entre todos os lugares por onde tenho viajado (e não são poucos), um onde se reúnam tantas moléstias graves. Quase se pode asseverar que não existe aqui um só homem são. [...] Em uma palavra, Goiás não só não reúne as condições necessárias para uma capital, como ainda reúne muitas para ser abandonada (MAGALHÃES, 1974, p. 50 e 52).

É surpreendente o fato de, mesmo após esses insultos, os habitantes da Cidade de Goiás, historicamente rancorosos, ainda tenham homenageado o General Couto de Magalhães com um nome de uma de suas ruas. É que o seu empreendimento de navegação a vapor do Araguaia era tão almejado em Goiás, que a elite fez vistas grossas as suas grosserias. As críticas feitas por Magalhães no seu *Viagem ao Araguaia* de 1863 espalharam pelo Brasil a imagem da Cidade de Goiás como decadente. Isso explica o fato de o primeiro romance de ficção científica publicado no Brasil, *O doutor Benignus*, de 1975, ter incorporado essa representação negativa: “O Dr. Benignus, porém, voltou triste de suas excursões à cidade. Lamentava ver tamanha decadência a capital de uma província tão privilegiada pela natureza e tão pouco aproveitada pelos homens” (ZALUAR, 1994, p. 266).

Contudo, mesmo com esses e outros insultos, mesmo sendo uma das mais modestas capitais do Império brasileiro, mesmo enfrentando uma acirrada competição com Meia Ponte, orgulhosa da realização de seu mecenas, o muito rico comendador Joaquim Alves

de Oliveira, a Cidade de Goiás foi, durante todo o século XIX, o principal núcleo urbano de Goiás. No entanto no século XX, a capital viu-se ultrapassada por várias outras cidades goianas, que lhe retiraram, pouco a pouco, a primazia que desfrutara por quase dois centenários. Desta vez, oficialmente não houve mudança de nome, como nos dois períodos anteriores, mas recebeu, depois da transferência da capital para Goiânia, o apelido de “Goiás Velho”, bastante informativo da deterioração de seu prestígio. Porém, no final do século, a cidade já estava madura para receber o título de Patrimônio da Humanidade, entrando para um seleto grupo de cidades brasileiras. A enchente ocorrida em 2001, como evento hermenêutico, sintetiza todos esses acontecimentos.

Transformações estruturais explicam a perda do prestígio da cidade de Goiás. A extensão dos trilhos de ferro por Goiás adentro provocou a dinamização das cidades próximas à linha: Catalão, Ipameri e Anápolis, principalmente. Em 1920, por exemplo, a cidade de Goiás era apenas o sétimo município na produção agrícola do Estado (BORGES, 1980, p. 13) e o nono em rebanho pecuário (CAMPOS, 1987, p. 35). Reflexo dessa nova situação, o 6º Batalhão de Caçadores, tropa federal, que, com outros nomes, estava aquartelada na cidade desde os tempos coloniais, em 1922 mudou-se – marchando em tom solene – para a florescente Ipameri. O ar conservador da cidade de Goiás tornou-se irrespirável para os militares, alguns deles tenentistas. Os vilaboenses, três anos depois, iriam lamentar a saída da tropa federal, quando a Coluna Prestes rondava de forma ameaçadora a Capital. Outra instituição que abandonou as redondezas da Capital foi o Seminário Santa Cruz, transferido para Bonfim (atual Silvânia) na década de 1920. Nesta mesma cidade foi construído em 1927 pelo arcebispo D. Emanuel o Colégio Arquidiocesano Anchieta. Por isso, há quem diga que houve uma “transferência branca” da Sede Episcopal de Goiás para Bonfim.

Portanto, a mudança da Capital para Goiânia não foi a causa da perda do prestígio da cidade de Goiás, ela apenas acelerou um processo em curso. Por isso, o momento em que se soube efetivamente dos preparativos para a mudança da capital de Goiás ter sido tão traumático para os habitantes da Cidade de Goiás. A Revolução de 1930, vitoriosa, derrubou a oligarquia dos Caiado, colocando em seu lugar Pedro Ludovico Teixeira, representante político de Rio Verde, uma das florescentes cidades do Sudoeste do Estado. Logo, o novo governante deixou explícita a sua intenção de transferir a capital para outro lugar, deixando os vilaboenses consternados. Tentaram, por diversos meios, obstruir a mudança da Capital: abaixo-assinados dos comerciantes, apelação às autoridades federais, tentativa de criar emendas no legislativo contra a mudança. Um grupo de

senhoras da cidade chegou a rezar, no sol regalado do meio-dia, apelando aos céus para o fracasso da mudança (GOIÂNIA, 1989, p. 43).

A disputa entre os “mudancistas” e os “antimudancistas” foi acirrada. Argumentos duros, insultos até, foram utilizados por ambos os lados. Pedro Ludovico justificou a necessidade de mudança com base em dois tipos de argumentos: em primeiro lugar, a necessidade de se construir uma cidade moderna que trouxesse o desenvolvimento do Estado. Isso significava que a cidade de Goiás representava o atraso para o Estado: “a opinião de que o atraso material de Goiás deriva, em grande parte, da inércia da velha capital, não é somente nossa. É coletiva” (TEIXEIRA, 1938, p. 4). Em segundo lugar, a cidade de Goiás, por causa de sua arquitetura colonial, não possuía condições higiênicas decentes:

As habitações da cidade de Goiás [...] aberram de todos os princípios de higiene e de todas as utilidades de conforto. 98% da população da capital dorme em alcovas bafientas, que nunca receberam sol e em que jamais entra luz ou ar diretamente do exterior (TEIXEIRA, 1938, p. 18).

Além disso, Pedro Ludovico afirmou que as dificuldades de abastecimento de água potável na cidade fizeram com que surgisse nela uma “instituição nitidamente local – o *bobo*”:

Contam-se às dezenas, nesta Capital, os infelizes classificáveis no extenso grupo patológico dos débeis mentais, desde os imbecis natos até os cretinizados pela miséria física ou por outras causas degenerativas, congênitas ou adquiridas, os quais como verdadeiras máquinas, se esbofam nos trabalhos caseiros das famílias que os acolhem (TEIXEIRA, 1938, p. 18).

E o pior de tudo era que esses graves insultos – diferentes dos anteriores – vieram acompanhados de uma série de ações práticas que resultaram na mudança da capital para Goiânia. Por isso gravaram-se na memória coletiva da cidade.

Efetivada a mudança em 1937, os antes orgulhosos habitantes da cidade de Goiás passaram a viver de forma bem intensa a “psicologia da decadência”, demonstrada na fala de uma contemporânea: “o prenúncio da maioria era que a Capital iria soçobrar e os que ficassem não teriam mais perspectiva de futuro; atrás da mudança, ficariam a ruína e a desolação” (GOIÂNIA, 1980, p. 32). Esse sentimento de vazio ampliava, à medida que importantes órgãos governamentais eram transferidos para Goiânia: Diretoria Geral da Fazenda, Batalhão de Polícia Militar e o Liceu de Goiás. A pesquisadora Izabela Tamasso

(2007, p. 91) denomina como “grande espoliação” a perda simbólica que a Cidade de Goiás sofreu. Um dos momentos mais dolorosos foram “os relatos de choro coletivo acalentado por um *dobrado* executado pela Banda da Polícia Militar que se despediu da cidade (em direção a Goiânia), na alvorada de 28 de janeiro de 1936” (p. 96).

A Cidade de Goiás era anacrônica e dispensável para o novo projeto de modernidade que se pretendia construir. Impossibilitada de se integrar satisfatoriamente nesse novo ambiente, restou aos vilaboenses agarrar-se às suas tradições. A aristocracia local, experiente na arte de governar, tratou, pouco a pouco, de redirecionar a imagem da cidade. Em janeiro de 1942, o ano em que Goiânia era oficialmente inaugurada, o jornal *Cidade de Goiás* publicou: “que a velha cidade seja reconhecida como monumento histórico do Brasil” (GOMIDE, p. 134, nota 1). Por meio desse jornal, importantes intelectuais da cidade procuraram “recoloca-la simbolicamente como singular, senão mais como centro político, agora pelo valor de um passado glorioso, da história, da cultura e da tradição” (TAMASO, 2007, p. 110). Esse direcionamento para as tradições históricas ocorreu quase ao mesmo tempo em que era sistematizada uma política federal de proteção aos monumentos, com a criação da Secretária do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937. Desse modo, na década de 1950, grande parte das construções do século XVIII (palácio, igrejas, chafarizes) foi reconhecida como monumentos históricos; as restantes só viriam ser reconhecidas na década de 1970.

Não se deve concluir que a idéia de preservação fosse, nos anos imediatos à transferência da Capital, um projeto coletivo. Os que defendiam a preservação eram uma ínfima minoria; o restante da população almejava uma cidade com equipamentos e arquitetura moderna. A idéia de proteção das tradições históricas ainda era confusa, mesclada com o desejo de desenvolvimento econômico. A fala do prefeito da cidade, Djalma Paiva, em 1978 é bem ilustrativa a esse respeito:

Sou pela conservação da história. No caso específico de Goiás, bastaria que se fizessem algumas concessões à história como se faz em todos os quadrantes do mundo. O que não é possível é que uma cidade progressista como a nossa, com uma vasta extensão de terras, com uma população ativa, com uma renda suficiente para manter-se entre as primeiras do Estado, seja obrigada a empacar o seu surto de desenvolvimento, em benefício de uma história que se deve respeitar, mas que não se deve deixar obstacular [sic] nosso desenvolvimento. Respeitem-se as tradições, mas por que não fazermos a nossa própria história? (O POPULAR, 10 out. 1978).

A irritação do prefeito devia-se ao fato de ele, legalmente, não ter autonomia sobre as áreas tombadas da cidade. Porém é interessante a contradição de seu discurso, no todo, “desenvolvimentista”, mas mesclado com frases – “conservação da história”, “respeitem as tradições” – preservacionistas.

Gradativamente, as ideias de preservação e respeito às tradições, típicas de um ambiente pós-moderno, são apropriadas pelos habitantes da Cidade de Goiás, para legitimar uma nova imagem da cidade, sendo que, na década de 1980, ela já se consolidava no âmbito regional e nacional. Um exemplo disso é a fama que Cora Coralina vai desfrutar em todo o Brasil, a partir do seu reconhecimento por Carlos Drummond de Andrade². O ápice dessa nova postura se deu no dia 27 de junho de 2001, graças ao esforço conjunto da população – representada pelo Movimento pró-cidade de Goiás, da administração estadual e federal (IPHAN), que despenderam cerca de 30 milhões de reais na recuperação dos monumentos – Goiás foi reconhecida como patrimônio histórico da humanidade pela UNESCO.

Numa surpreendente “rasteira da história”, a Cidade de Goiás recuperou o seu antigo prestígio. De acordo com um historiador: “durante muito tempo Goiás ficou isolada. Os olhos voltavam-se para Goiânia; agora, com o título de Patrimônio da Humanidade, ela torna-se mais importante que a Capital” (CHAUL, 28 jun. 2001). As primeiras imagens construídas após a mudança da capital – “Goiás, berço da cultura goiana” e “Goiás, aqui estão nossas raízes” – não recuperaram o prestígio regional da cidade, no entanto, elas serviram como uma espécie de terapia, amenizando a “prostração da decadência” e incentivando a ação. O que, de certa forma, contribuiu para chegar a imagem de “patrimônio da humanidade”. Finalmente, Goiás recuperara, com juro, o seu prestígio³ de volta.

Agora os habitantes da Cidade de Goiás não se envergonhariam de ela ser chamada de “velha”, não mais se importaria com as críticas sobre a irregularidade do calçamento das ruas e da sua arquitetura colonial. Agora, os viajantes, estrangeiros e nacionais, não vinham para insultar, mas sim para elogiar o seu passado simples, mas original e representativo da época colonial brasileira. Até as mágoas resultantes da mudança da capital praticamente desapareceram, com o reconhecimento de que ela foi essencial para manter a preservação dos monumentos históricos. Porém esqueceu-se de avisar o rio Vermelho.

No dia 31 de dezembro de 2001, uma poderosa enchente colocaria todas essas conquistas em xeque. Cerca de oitenta e cinco edificações do Centro Histórico foram afetadas pelas águas, quarenta delas com perda total. A famosa Casa da Cora Coralina, o

monumento mais visitado pelos turistas, foi inundada, destruindo vários documentos escritos pela poetisa. O monumento *A Cruz do Anhanguera*, construído no lugar da antiga igreja da Lapa (arrastada pela enchente de 1839) foi levado pelas águas. Desta vez não houve mortos, mas 195 pessoas ficaram desabrigadas. Os prejuízos materiais foram altos: cerca de 10 milhões segundo a defesa civil; 25 milhões, segundo o IPHAN (FOLHA DE SÃO PAULO, 3 jan. 2002) e 8,5 milhões de acordo com a Prefeitura de Goiás (O POPULAR, 8 jan. 2002).

Contudo, essas altas somas monetárias não expressam a magnitude da catástrofe para os habitantes da Cidade de Goiás. A enchente fez o título de Patrimônio da Humanidade parecer a última refeição de um condenado. Justamente no momento em que os monumentos estavam tão valorizados, foram avariados pelo rio Vermelho. Analisando os comentários sobre a tragédia, percebe-se o quanto ela afetou a identidade vilaboense: “A dor do momento é porque algo nos roubou um significado internalizado, mas atestado para referência física do concretismo. O monumento é pelo simbólico, mas confirma vivamente a existência e nos completa com mérito vangloriado” (SANTANA, 12 jan. 2002).

Pode-se afirmar que a Enchente de 2001 foi a maior catástrofe da história da Cidade de Goiás – embora, tendo em vista a avaliação dos danos materiais ou da potencialidade da força de destruição do evento, ela foi menor do que a enchente de 1839. A grandeza dessa catástrofe está no fato de ser uma síntese de todas as outras anteriores. Não se trata de nenhuma adaptação da dialética hegeliana ao estudo das catástrofes, mas de mostrar o peso da historicidade sobre a vida humana. Num momento em que se acreditava que uma parte da história da cidade (a decadência, os insultos, a transferência da capital) havia sido superada, a enchente trouxe todos os fantasmas de volta. O vazio e angústia retornaram. No íntimo de muitos daqueles que contemplavam as águas enfurecidas do Rio Vermelho provavelmente surgia a indagação: o que seria da Cidade de Goiás?

No entanto, os tempos agora eram bem diferentes daqueles da enchente de 1839, quando foram necessários quase cinco anos para se construir três pontes. Integrante do seleto grupo de cidades “Patrimônio da Humanidade”, Goiás teve tratamento privilegiado, recebendo até a visita do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (FOLHA DE SÃO PAULO, 3 jan. 2002). Em menos de um ano, os vestígios da destruição causada pela enchente no centro histórico foram praticamente eliminados. Evitou-se o risco de perder o tão trabalhoso e ambicionado título. A cidade está novamente preparada para receber turistas, oferecendo-lhes seus monumentos, suas festas religiosas, seu festival de cinema, sua culinária e sua ecologia⁴.

A discussão sobre as causas da enchente de 2001, comparada com a de 1838, é um exemplo da emergência de determinados objetos na perspectiva foucaultiana. Se, no século XIX, ela foi explicada como castigo divino, agora predominou a tese da degradação ambiental, abraçada até pelo bispo Dom Tomás Balduino:

A tragédia ocorrida na cidade de Goiás mostrou que os fenômenos naturais, como as enchentes, são potencializados pela degradação ambiental. Na opinião dos ambientalistas, a falta de vegetação ciliar e a derrubada das matas nativas nas fazendas agravaram o assoreamento do leito do Rio Vermelho favorecendo a ocorrência de enchentes (BALDUÍNO, 6 jan. 2002).

Quase todos os comentários sobre a enchente a relacionaram à questão ambiental: queimadas, esgotos urbanos, construção de represas ou barragens nos rios e córregos e manejo inadequado do solo são as causas mais comuns. Mesmo o laudo dos técnicos da Agência Ambiental de Goiás ter apontado como causa da enchente os altos índices pluviométricos, os motivos ecológicos foram os mais difundidos.

A atenção para o risco ecológico é uma das características da pós-modernidade. O discurso ecológico acaba sendo incorporado no cotidiano, gerando novos objetos, isto é, novas maneiras de enxergar as coisas do mundo: o catador de papel, por exemplo, não se autodefine mais como “lixeiro”, mas como trabalhador de reciclagem. No século XIX, arrancaram as árvores em volta de um dos chafarizes da Cidade de Goiás, sob a alegação de que elas diminuiriam o nível d'água ao sugá-la dos rios e córregos e transferi-la para atmosfera; no século XX, é o desmatamento que é considerado a causa da diminuição das águas. Seguindo a perspectiva de Foucault, não se trata de saber qual discurso está certo ou errado, mas “escavar” discursos desaparecidos e compreender a sua articulação com outros discursos.

Enfim, as enchentes do rio Vermelho ocorridas em 1782, 1839 e 2001 podem ser consideradas catástrofes, não apenas pela sua dimensão física, mas principalmente pela dimensão simbólica. O simbólico determina as diversas leituras que são feitas pelos contemporâneos e pela memória coletiva. Nesse aspecto, cada uma dessas enchentes incorpora os elementos sociais da época em que ocorreram. O sentido de tragédia é explicado mais pela situação social da “Goiás” nos séculos XVIII, XIX e XX do que pelo volume de água das cheias do rio Vermelho. Por isso elas são representativas para se compreender a história de Goiás. Por isso podem ser consideradas como eventos hermenêuticos.

Referências

- BALDUÍNO, D. Tomás. Goiás, um patrimônio Ameaçado. *O Popular*, Goiânia, 6 jan. 2002. Opinião. Arquivo do Autor.
- BERTRAN, Paulo. Desastres ambientais na Capitania de Goiás. *Ciência Hoje*, SPCC, Vol. 12, n. 70, 1991.
- _____. *Formação Econômica de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1978.
- BORGES, Barsanufio Gomide. *O despertar dos dormentes*. Goiânia, Editora da UFG, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.
- BRASIL, Americano do. *Pela História de Goiás*. Goiânia: editora da UFG, 1980.
- BRITTO, Clovis Carvalho. Entre a Casa e o Museu: Itinerários da Produção da Crença no Acervo de Cora Coralina. *Museologia & Interdisciplinaridade*. Vol.III, n. 5, maio/junho de 2014. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/10057>. Acesso em: 12 mai. 2013.
- CAMPOS, Itami. *O coronelismo em Goiás*. Goiânia: UFG, 1987.
- CHAUL, Nasr Fayad. Goiás: Patrimônio da Humanidade. *O Popular*, Goiânia, 28 jun. 2001. Caderno Especial. (Arquivo do autor).
- DESCRIÇÃO DA CAPITANIA DE GOIÁS E TUDO QUE NELA É NOTÁVEL ATÉ O ANO DE 1783. In. BERTRAN, Paulo (Org.) *Notícia Geral da Capitania de Goiás*. Tomo 1. Goiânia: editoras de UFG e da UCG, 1996.
- FERREIRA, Joaquim Carvalho. *Presidentes e Governadores de Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 1980.
- FLEURY, Luiz Gonzaga Camargo. Discurso de abertura da Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Provincial de Goiás. 1º jul. 1838. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/286/000001.html>. Acesso em: 20 mar. 2011.
- _____. Ofício de Luiz Gonzaga de Camargo Fleury à um destinatário desconhecido. Cidade de Goiás, 7 mar. 1839. *Livro de Registros de Ofícios e Ordens Expedidos pelo Governo Provincial*. Arquivo Histórico Estadual de Goiás: Goiânia, 1970.
- _____. Ofício do Presidente Luiz Gonzaga de Camargo Fleury ao Bispo Diocesano. Cidade de Goiás, 21 de fev. 1839. *Livro de Correspondência da Presidência com Autoridades Religiosas: 1820-1840*. Goiânia: Arquivo Histórico Estadual de Goiás, 1970.
- FOLHA DE SÃO PAULO, Jornal. São Paulo, 3 jan. 2002. Arquivo do autor.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- GOMIDE, Cristina Helou. Cidade de Goiás: da idéia da preservação à valorização do patrimônio – a construção da imagem da cidade histórica (1930-1978). In. CHAUL, Nasr Fayad et al. *As cidades dos sonhos*. Goiânia: UFG, 2004.
- MAGALHÃES, Couto de. *Viagem ao Araguaia*. São Paulo: Editora Três, 1974.
- MARQUES, Octo. *Casos e lendas de Vila Boa*. Goiânia: edição do autor: 1977.
- MASCARENHAS, José de Assiz. Relatório que a Assembléia Legislativa de Goyaz apresentou na Sessão Ordinária de 1839 o Exm. Presidente da mesma Província Dr. José de Assiz Mascarenhas. 1º out. 1839. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/goi.htm> Acesso em: 15 de jul.2003.
- O POPULAR, Jornal. Goiânia, 8 jan. 2002. Arquivo do Autor.
- _____. Goiânia, 10 out. 1978. Arquivo Histórico Estadual de Goiás: Goiânia, 1970.
- POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: São Paulo: Editora da USP, 1976.

- PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA. *Memória Cultural: ensaios da história de um povo*. Goiânia, 1989.
- SAINT-HILAIRE, August. *Viagem à Província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1975.
- SANTANA, Durben Glória Camargo de. Cidade de Goiás e Nova York. *O Popular*, Goiânia, 12 jan. 2002. Opinião. Arquivo do Autor.
- SILVA E SOUZA, Luiz Antônio da. “Memória Estatística da Província de Goyaz”. In. TAMASO, Izabela. *Em nome do Patrimônio: representações e apropriação da cultura na Cidade de Goiás*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- TEIXEIRA, Pedro Ludovico. Relatório de Pedro Ludovico Teixeira a Getúlio Vargas em 1933. In. MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como nasceu Goiânia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.
- TELES, José Mendonça. *A Imprensa Matutina*. Goiânia: Cerne, 1989.
- _____. (Org.). *Vida e obra de Silva e Souza*. Goiânia: UFG, 1998.
- VASCONCELOS, José de. Carta de José de Vasconcelos, governador de Goiás, ao governador do Pará, João Pereira Caldas, Vila Boa, 7 de ago. 1773. In. ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Anais da Província de Goiás*. Goiânia: Sudeco, 1979.
- ZALUAR, Augusto Emílio. *O Doutor Benignus*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

Notas

¹ Parece que Luiz Gonzaga Fleury não fazia muita questão de esconder a sua situação, pois ele assistiu a coroação de D. Pedro II, no Rio de Janeiro, acompanhado de sua filha Maria Teolinda (TELES, 1989, p. 74).

² Britto (2014, p. 214) destaca que houve uma intensa mobilização por parte da comunidade local antenada com os herdeiros da poetisa para transformar Cora Coralina no símbolo da Cidade de Goiás. Em 1985, a Associação Casa de Cora Coralina adquiriu o imóvel que a celebrou, transformando-a numa casa-museu.

³ A categoria prestígio foi utilizada neste artigo num sentido próximo ao que Bourdieu (2001) denominou de capital simbólico. Ele permite diferenciar o grau de prestígio que um indivíduo ou instituição desfruta em relação a outros. No caso específico discutido aqui, pode-se afirmar que a elite intelectual e econômica da Cidade de Goiás transformou as construções históricas em signos distintivos de prestígio a partir da categoria patrimônio histórico e cultural. Instituições como IPHAN e pela UNESCO legitimaram esse capital simbólico que distinguia positivamente a Cidade de Goiás em relação as outras cidades goianas.

⁴ É preciso ressaltar que a reconstrução do patrimônio histórico da Cidade de Goiás trouxe a tona conflitos entre a valorização do patrimônio histórico coletivo em detrimento do patrimônio individual privado. Para Tomaso (2007b, p. 202), apesar de a categoria “patrimônio mundial” ter sido fonte de uma forte coesão social, durante a tragédia, isso “ não garantiu a aceitação tácita da subsunção dos bens privados e pessoais aos coletivos. Bastou o rio subir para emergirem com ele as tensões próprias dos lugares portadores de bens patrimoniais: privado/público; indivíduo/sociedade”.

Artigo recebido em: 04/08/2014. Aprovado em: 13/09/2014.